

Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Novembro/2015



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva de Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

CONHEC. GERAIS/CONHEC. ESPECÍFICOS/DISCURSIVA

Cargo ou opção B02 - AN JUD - ÁREA JUD - ESP OF JUST AVALIADOR FEDERAL

Tipo gabarito 1

Gabarito preliminar divulgado em 30/11/2015.

001 - A	011 - C	021 - B	031 - C	041 - E	051 - D
002 - C	012 - A	022 - D	032 - B	042 - A	052 - E
003 - D	013 - E	023 - B	033 - D	043 - C	053 - C
004 - E	014 - B	024 - E	034 - A	044 - E	054 - E
005 - A	015 - B	025 - D	035 - C	045 - B	055 - B
006 - C	016 - C	026 - C	036 - E	046 - A	056 - A
007 - E	017 - A	027 - E	037 - A	047 - C	057 - C
008 - A	018 - C	028 - A	038 - B	048 - E	058 - D
009 - D	019 - B	029 - D	039 - D	049 - D	059 - B
010 - B	020 - D	030 - A	040 - B	050 - C	060 - A

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

Saudade de Waterloo

É famosa a história da mulher que se queixava de um dia particularmente agitado nas redondezas da sua casa e do que o movimento constante de cavaleiros e carroças fizera à sua roupa estendida para secar, sem saber que estava falando da batalha de Waterloo, que mudaria a história da Europa. Contam que famílias inteiras da sociedade de Washington pegaram suas cestas de piquenique e foram, de carruagem, assistir à primeira batalha da Guerra Civil americana, em Richmond, e não tiveram baixas. A Primeira Grande Guerra, ou a primeira guerra moderna, mutilou uma geração inteira, mas uma geração de homens em uniformes de combate. Mulheres e crianças foram poupadas. Só 5 por cento das mortes na Primeira Guerra foram de civis. Na Segunda Guerra Mundial, a proporção foi de 65 por cento.

Os estragos colaterais da Segunda Guerra se deveram ao crescimento simultâneo de duas técnicas mortais, a do bombardeio aéreo e a da guerra psicológica. Bombardear populações civis foi adotado como uma "legítima" tática militar, para atingir o moral do inimigo. Os alemães começaram, devastando Londres, que tinha importância simbólica como coração da Inglaterra mas nenhuma importância estratégica. Mas ingleses e americanos também se dedicaram com entusiasmo ao bombardeio indiscriminado, como o que arrasou a cidade de Dresden. E os "estragos colaterais" chegaram à sua apoteose tétrica, claro, em Hiroshima e Nagasaki.

Hoje a guerra psicológica é o pretexto legitimador para quem usa o terror por qualquer causa. E cada vez que vemos uma das vítimas do terror, como o último cadáver de uma criança judia ou palestina sacrificada naquela guerra especialmente insensata, pensamos de novo nos tempos em que só os soldados morriam nas guerras, e ainda era possível ser um espectador, mesmo distraído como a dona de casa de Waterloo, da história. Ou ser inocente.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 123/124)

1. As referências à dona de casa de Waterloo e às famílias de Washington ilustram a seguinte consideração do autor:

- (A) *ainda era possível ser também um espectador (...) da história.*
- (B) *ingleses e americanos se dedicaram (...) ao bombardeio indiscriminado.*
- (C) *se deveram ao crescimento simultâneo de duas técnicas mortais.*
- (D) *tinha importância simbólica (...) mas nenhuma importância estratégica.*
- (E) *a guerra psicológica é o pretexto legitimador para quem usa o terror.*

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, o segmento *mutilou uma geração inteira* alcança uma significação ainda mais macabra quando se aduz a ele a observação *mas uma geração de homens em uniformes de combate*.
- II. No 2º parágrafo, o autor propõe uma distinção entre duas técnicas de combate: a do bombardeio aéreo, que implicava um sem-número de mortes, e a da guerra psicológica, que não implicava violência abusiva.
- III. No 3º parágrafo, a guerra entre judeus e palestinos é lembrada para mostrar que, em nossos dias, o terrorismo passou a adotar como justificativa para suas ações o pretexto da guerra psicológica.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *particularmente agitado* (1º parágrafo) = marcadamente aflitivo
- (B) *estragos colaterais* (2º parágrafo) = mazelas marginalizadas
- (C) *atingir o moral* (2º parágrafo) = recrudescer a ética
- (D) *à sua apoteose tétrica* (2º parágrafo) = ao seu ápice funesto
- (E) *guerra especialmente insensata* (3º parágrafo) = embate singularmente anacrônico



4. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Depreende-se que o crescimento simultâneo de duas técnicas mortais deram vasão a estragos colaterais, nos anos onde prosperou a Segunda Guerra.
 - (B) Parece hoje prosaico que uma dona de casa e mesmo famílias inteiras não furtaram-se à servir de espectadores da guerra tal e qual um espetáculo.
 - (C) O bombardeio de Hiroshima e Nagasaki obviamente deve ser considerado um exemplo máximo de onde pode chegar as cruzas do intelecto humano.
 - (D) Ao pretexto que se trata tão somente de um golpe moral, há terroristas que não hesitam em assolar sua fúria em prol dos inocentes que se deparam.
 - (E) À devastação perpetrada pelos alemães contra Londres seguiu-se, não menos devastadora, a ação de ingleses e americanos contra a cidade de Dresden.
-
5. As normas de concordância verbal acham-se plenamente observadas na frase:
- (A) Devem-se ressaltar, como efeito colateral dos bombardeios, os terrores a que foi submetida a população civil, durante a Segunda Guerra Mundial.
 - (B) Espantam-nos a todos, até hoje, que famílias americanas, com suas cestas de piquenique, deram-se ao luxo de assistir à primeira batalha da Guerra Civil.
 - (C) A importância simbólica dos bombardeios que os alemães promoveram contra os ingleses excediam quaisquer vantagens do ponto de vista estratégico.
 - (D) É a falta de discriminação dos alvos dos bombardeios que acabam por tornar especialmente monstruosas as operações bélicas em curso no nosso tempo.
 - (E) Consideram-se como responsável pela multiplicação de vítimas civis das guerras modernas a associação criminosa de duas técnicas mortais.
-
6. Estará plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na completude da seguinte frase: **Não houvessem os alemães bombardeado Londres, provavelmente**
- (A) não ocorrera o bombardeio que tivesse arrasado Dresden.
 - (B) foi evitado o bombardeio que tinha arrasado Dresden.
 - (C) não ocorreria o bombardeio que arrasou Dresden.
 - (D) terá deixado de ocorrer o bombardeio que arrasasse Dresden.
 - (E) tinha sido evitado o bombardeio que arrasará Dresden.
-
7. Respeitada a correspondência verbal, ocorre adequada transposição da voz ativa para a passiva em:
- I. A mulher, por ocasião da batalha de Waterloo, se queixava de um dia particularmente agitado = Um dia particularmente agitado era a razão de queixa da mulher, por ocasião da batalha de Waterloo.
 - II. A Primeira Grande Guerra mutilou uma geração inteira, mas não sacrificou um grande número de civis = Uma geração inteira teria sido mutilada pela Primeira Grande Guerra, sem sacrificar um grande número de civis.
 - III. Terroristas utilizam a guerra psicológica para atingir seus objetivos = A guerra psicológica é utilizada pelos terroristas para que seus objetivos sejam atingidos.
- Atende ao enunciado o que está em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
8. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Sob o ponto de vista dos chamados “estragos colaterais”, entendidos como efeitos abrangentes da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas, de vez que se limitavam, quase sempre, à conflagração entre soldados, poupando-se, assim, a população civil.
 - (B) Sob o ponto de vista, dos chamados “estragos colaterais” entendidos como efeitos abrangentes da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas, de vez que se limitavam quase sempre, à conflagração entre soldados poupando-se assim a população civil.
 - (C) Sob o ponto de vista dos chamados “estragos colaterais”, entendidos como efeitos abrangentes da violência das guerras, os conflitos antigos, não eram apoteoses tétricas, de vez que se limitavam quase sempre, à conflagração entre soldados poupando-se, assim, a população civil.
 - (D) Sob o ponto de vista, dos chamados “estragos colaterais”, entendidos como efeitos abrangentes, da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas de vez que, se limitavam, quase sempre, à conflagração entre soldados poupando-se assim, a população civil.
 - (E) Sob o ponto de vista dos chamados “estragos colaterais” entendidos como efeitos abrangentes, da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas, de vez que, se limitavam, quase sempre à conflagração entre soldados, poupando-se assim a população civil.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Questão de ênfase

A ênfase é um modo suspeito de expressão. Se há casos em que ela se torna indispensável, como nas tragédias ou na comicidade extrema, na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo, do lateral que aspira ao centro, do insignificante que se pretende substancial. É a fala em voz gritada, o gargalhar sistemático, a cadeia de interjeições, a produção de caretas, o insistente franzir do cenho, o repetitivo arquear de sobranceiras, a pronúncia caprichosa de palavras e frases que se querem sentenciosas e inesquecíveis.

Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações, na sistemática caixa alta, nos grafismos espaçosos. Na expressão oral, a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático: despeja risadas antecipando o final da própria piada, força o tom compungido antes de dar a má notícia e se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”, por exemplo: “Esse aluno está literalmente dando o sangue na prova de Física.” Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada.

A ênfase também parece desconfiar do alcance de nossa percepção usual, e nos acusa, se reclamamos do enfático. Este sempre acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero, e nos atribui insensibilidade se não o admiramos. Em suma: o enfático é um chato que se vê a si mesmo como um superlativo. Machado de Assis, por exemplo, não suportava gente que dissesse “Morro por doce de abóbora!”. Por sua vez, o poeta Manuel Bandeira enaltecia a “paixão dos suicidas que se matam sem explicação”. Já o enfático vive exclamando o quão decisivo é ele ser muito mais vital do que todos os outros seres humanos.

(Augusto Tolentino, inédito)

9. Considerando-se a disposição do texto em parágrafos, constata-se que:

- I. no 1º parágrafo, acusa-se a pretensão que leva o responsável pela ênfase a acreditar que o uso dela deverá impressionar um interlocutor, a menos que este se revele um incapacitado para admirá-la.
- II. no 2º parágrafo, enfoca-se o modo pelo qual a ênfase marca as formas de discurso da pessoa enfática, bem como os aspectos gestuais de que ela se serve para reforçar o tom enfático.
- III. no 3º parágrafo, em tom conclusivo, levantam-se casos em que a ênfase não só se justifica mas se torna necessária para sublinhar uma carga de emoção efetivamente excepcional.

Em relação ao texto, está correto o que se constata APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

10. No contexto, a frase *a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático* deixa ver que

- (A) as emoções cuja ênfase já se possa notar nelas mesmas são raríssimas, pois muitas requerem algum esforço para que sua intensidade possa ser reconhecida.
- (B) as emoções que carregam em si mesmas toda a sua real intensidade podem parecer falsas quando afetadas pelos excessos da ênfase.
- (C) o compromisso que temos com a verdade de um sentimento faz com que precisemos recorrer à ênfase para que ele não resulte enfraquecido.
- (D) a ênfase impossibilita que se possa vivenciar a verdade de um sentimento intenso, já que ela se antecipa a ele e o compromete em definitivo.
- (E) todo sentimento verdadeiro é imune à ênfase, e esta se revelará uma frustrada intenção de quem pretenda intensificá-lo por meio do exagero.

11. Entre os recursos adotados na elaboração do texto, o autor

- (A) se vale de Machado de Assis e de Manuel Bandeira para ilustrar casos em que os excessos da ênfase saltam à vista.
- (B) emprega palavras de sentido oposto ou antitético, como ocorre entre *superficial* e *lateral* (1º parágrafo).
- (C) exemplifica casos em que nossa fala se deixa contaminar pelo uso indevido de certas expressões.
- (D) emprega o termo *superlativo* (3º parágrafo) como um atributo que faz justiça ao talento de quem emprega a ênfase oportunamente.
- (E) se vale de elementos descritivos, como *arquear de sobranceiras* ou *franzir do cenho* (1º parágrafo), para realçar as reações de alguém diante do enfático.



12. Na frase *A ênfase é um modo suspeito de expressão*, que abre o texto, justifica-se o emprego do termo sublinhado porque
- (A) podem ocorrer casos em que o emprego da ênfase não se confirme como um excesso indesejável.
 - (B) é próprio do indivíduo enfático que ele mesmo venha a suspeitar da eficácia de suas ênfases.
 - (C) não se pode admitir a inocência ou a ingenuidade de quem recorre sistematicamente à ênfase.
 - (D) a intolerância que cerca o emprego da ênfase não se justifica na maioria dos casos.
 - (E) é patente o reconhecimento de que toda ênfase acentua, por princípio, um exagero inadmissível.
-
13. A clareza e a correção da frase original não resultam prejudicadas com a nova redação que se indica em:
- (A) *Se há casos em que ela se torna indispensável* = desde que hajam casos em que ela seja inevitável.
 - (B) *na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo* = muitas das vezes cuida de ser profundo o que se constrói de superficial
 - (C) *Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações* = o emprego de exclamações adotam como efeito a acusação de uma ênfase.
 - (D) *Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada* = a serem enfáticos, a teatralização sem critério marcam-se nesses gestos.
 - (E) *acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero* = cuida que nos cativará com o excesso de sua ênfase.
-
14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Suspeita-se de que o emprego da ênfase implique quase sempre à exageros inconvenientes.
 - (B) A ênfase é um recurso do qual, sempre que possível, devemos abrir mão, para não incorrerem em excessos imprudentes.
 - (C) Um sentimento de cuja expressão queremos verdadeira não deve submeter-se à formas descontroladas de teatralização.
 - (D) O efeito da ênfase em que costumamos nos orgulhar costuma ser o contrário daquilo pelo que aspirava a nossa intenção.
 - (E) Os excessos de linguagem, de cujos tanta gente faz uso, constituem um defeito em que nem todos se dão conta.
-
15. Nos casos de uso indiscriminado da ênfase, atribui-se à ênfase um efeito retórico que na verdade enfraquece a ênfase, em vez de explorar os atributos da ênfase que podem justificar a ênfase como um expediente de bom estilo.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se corretamente os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) atribui-se à ela – lhe enfraquece – explorar seus atributos – justificá-la
 - (B) atribui-se a ela – a enfraquece – explorar seus atributos – justificá-la
 - (C) a ela se atribui – enfraquece-lhe – explorá-la nos atributos – justificá-la
 - (D) atribui-lhe – a enfraquece – lhe explorar os atributos – lhe justificar
 - (E) se lhe atribui – enfraquece-a – explorar seus atributos – justificar-lhe

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Um escritório comprou canetas, corretivos e arquivos pagando por cada unidade, respectivamente, R\$ 1,00, R\$ 3,00 e R\$ 10,00. Sabendo-se que o gasto total na compra foi de R\$ 220,00 e que foram adquiridos ao menos uma unidade de cada produto, é necessariamente correto concluir que a compra incluiu, no
- (A) máximo, 70 corretivos.
 - (B) máximo, 203 canetas.
 - (C) máximo, 21 arquivos.
 - (D) mínimo, 2 corretivos.
 - (E) mínimo, 2 canetas.
-
17. Um juiz tem que analisar x processos nos próximos y dias de trabalho. Se ele decidir analisar, a partir do primeiro dia, 4 processos por dia de trabalho, no último dos y dias ele só terá que analisar 3 processos. Por outro lado, se ele decidir analisar, a partir do primeiro dia, 3 processos por dia de trabalho, no último dos y dias ele terá que analisar 24 processos. Nas condições descritas, $x + y$ é igual a
- (A) 109.
 - (B) 101.
 - (C) 83.
 - (D) 99.
 - (E) 93.

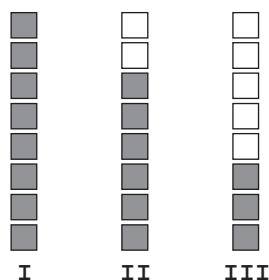


18. Renato quer comprar dois livros em uma livraria, porém, seu dinheiro é suficiente apenas para levar o mais caro, com sobra de R\$ 22,00, ou o mais barato, com sobra de R\$ 38,00. Como incentivo à leitura, o dono da livraria deu um desconto de R\$ 10,00 na compra total dos dois livros e Renato conseguiu levá-los sem que sobrasse ou faltasse dinheiro. Nas condições descritas, o desconto percentual sobre o valor correto da compra que o dono da livraria deu para Renato foi de
- (A) 8,5%.
(B) 10%.
(C) 12,5%.
(D) 8%.
(E) 9,5%.

19. Carolina, Cecília, João, Sérgio e Sílvia formaram um grupo musical. Durante cada apresentação do grupo, um deles canta e os outros quatro tocam um instrumento diferente cada um (bateria, guitarra, teclado e saxofone), de acordo com as seguintes condições:
- Carolina só pode tocar bateria ou guitarra;
 - Cecília só pode cantar ou tocar saxofone;
 - João só pode tocar teclado ou saxofone;
 - Sérgio só pode cantar, ou tocar bateria, ou tocar teclado;
 - Sílvia só pode cantar ou tocar guitarra.

Se Sílvia foi escolhida para cantar em uma apresentação então, necessariamente, nessa apresentação

- (A) Carolina tocará bateria.
(B) Sérgio tocará bateria.
(C) João tocará saxofone.
(D) Sérgio tocará teclado.
(E) Cecília tocará guitarra.
20. A figura indica o marcador de combustível de um carro em três instantes diferentes (I, II, III). No instante I o motorista havia acabado de completar o tanque de combustível do carro, que tem capacidade de 60 litros. O instante II representa quando o carro completou x quilômetros percorridos depois do abastecimento no instante I. O instante III representa quando o carro completou y quilômetros depois do abastecimento no instante I.



Considerando que o consumo médio de combustível desse carro de I até II foi de 12 quilômetros por litro, e de I até III foi de 10 quilômetros por litro, então, a distância percorrida pelo carro de II até III, em quilômetros, foi igual a

- (A) 170.
(B) 215.
(C) 205.
(D) 195.
(E) 185.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Direito do Trabalho	
<p>21. Em relação ao empregado menor de 18 anos, considere:</p> <p>I. O menor de 18 anos pode firmar recibos de salário, mas, em caso de rescisão do contrato de trabalho, não pode dar quitação ao empregador pela indenização que lhe for devida sem assistência dos seus responsáveis legais.</p> <p>II. É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, exceto, por motivo de força maior, até o máximo de doze horas, desde que seja pago o acréscimo salarial sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento da empresa.</p> <p>III. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, ela deverá notificar os pais ou responsáveis para que os mesmos o obriguem a abandonar o serviço, sob pena de responsabilização.</p> <p>IV. Contra os menores de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição.</p> <p>V. Quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e V. (B) I, IV e V. (C) II e III. (D) I, II, IV e V. (E) II e V.</p>	<p>24. Em relação ao aviso prévio, é INCORRETO o entendimento adotado por</p> <p>(A) Roberval, que presta horas extras habituais, e pleiteia que as mesmas integrem seu aviso prévio indenizado.</p> <p>(B) Salomão, que, requerendo a rescisão do contrato de trabalho por justa causa praticada pelo empregador, pretende receber o valor correspondente ao aviso prévio.</p> <p>(C) Juvêncio, que, tendo sido dispensado sem justa causa, recusa-se a aceitar a reconsideração pelo empregador do aviso prévio.</p> <p>(D) Severiano, que recebe salário pago na base de tarefa, e pretende que o cálculo do aviso prévio seja feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.</p> <p>(E) Aníbal, que, tendo pedido demissão, requer a redução de duas horas diárias durante o aviso prévio, sem prejuízo do salário integral.</p>
<p>22. Para fins de recolhimento do FGTS,</p> <p>(A) incluem-se na remuneração as importâncias recebidas a título de incentivo à demissão.</p> <p>(B) não é considerado o período em que o empregado fica afastado do trabalho para prestação do serviço militar obrigatório.</p> <p>(C) os contratos de aprendizagem terão alíquota incidente de cinco por cento.</p> <p>(D) as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS, considerando-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.</p> <p>(E) inclui-se na remuneração, para os fins de recolhimento do FGTS, a importâncias recebida a título de abono de férias.</p>	<p>25. No mês anterior ao das férias, Juvenal percebeu remuneração de R\$ 1.000,00, discriminada da seguinte forma: R\$ 400,00 de salário básico; R\$ 100,00 por horas extras, já incluído o adicional de 50% e R\$ 500,00 de comissões. O empregado faltou ao trabalho, injustificadamente, 5 dias no curso do período aquisitivo das férias e o valor pago a título de comissões, naquele mês, correspondeu à média das comissões auferidas no período aquisitivo. Ademais, as horas extras foram realizadas somente no mês anterior às férias. Logo, o empregado terá direito a</p> <p>(A) 24 dias de férias e remuneração de R\$ 900,00. (B) 24 dias de férias e remuneração de R\$ 1.200,00. (C) 30 dias de férias e remuneração de R\$ 900,00. (D) 30 dias de férias e remuneração de R\$ 1.200,00. (E) 30 dias de férias e remuneração de R\$ 1.300,00.</p>
<p>23. Na greve em serviço essencial</p> <p>(A) é vedada a adesão de empregados que exerçam funções de direção e gerenciamento da atividade.</p> <p>(B) os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.</p> <p>(C) o Poder Público deve assumir a prestação do serviço paralisado, ainda que parcialmente, até que se restabeleça a atividade da empresa.</p> <p>(D) o empregado grevista terá descontados os salários dos dias paralisados, ainda que a greve não seja considerada abusiva pela Justiça do Trabalho.</p> <p>(E) o empregador deve requisitar ao Poder Público pessoal em substituição parcial aos empregados grevistas, de forma a assegurar o atendimento às necessidades básicas da população.</p>	<p>26. Constitui medida de proteção ao trabalho da mulher, a</p> <p>(A) determinação de vagas exclusivas nos cursos de formação e qualificação de mão de obra, ministrados por instituições governamentais, em percentual equivalente a cinquenta por cento.</p> <p>(B) obrigatoriedade, nos estabelecimentos em que trabalham pelo menos vinte mulheres, com mais de dezesesseis anos de idade, de local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.</p> <p>(C) garantia de que os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação possuam, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.</p> <p>(D) vedação de emprego de mulher em serviço que demande força muscular superior a quinze quilos para o trabalho contínuo, ou trinta e vinte quilos para o trabalho ocasional.</p> <p>(E) possibilidade de afastamento do emprego da empregada gestante, mediante atestado médico, a partir do trigésimo dia antes do parto.</p>



27. Segundo as normas de segurança e medicina do trabalho,

- (A) são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza, métodos de trabalho e tempo de exposição, impliquem risco acentuado à vida do empregado.
- (B) é devido adicional de periculosidade ao empregado exposto a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, não sendo permitido desconto ou compensação de outros adicionais já concedidos ao vigilante por meio e acordo coletivo.
- (C) os materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem ser acondicionados em embalagem lacrada, feita de material próprio, de acordo com a padronização internacional.
- (D) os representantes dos empregados na CIPA, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem exclusivamente os empregados sindicalizados.
- (E) o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

28. Sobre regras de proteção ao salário, considere:

- I. É vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.
- II. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho e qualquer que seja a forma e o meio de fixação do mesmo, não deve ser estipulado por período superior a um mês.
- III. O pagamento de salário em moeda estrangeira somente é válido quando o empregador assegura ao trabalhador as variações cambiais da moeda.
- IV. Terá força de recibo o comprovante de depósito em conta bancária, desde que esta tenha sido indicada pelo empregado no momento da celebração do contrato de trabalho e o estabelecimento bancário seja próximo ao local de trabalho.
- V. O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local de trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) IV e V.

29. A propósito da jornada de trabalho,

- (A) os titulares da relação de emprego podem pactuar livremente a sua duração, desde que observem parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade.
- (B) os seus limites legais podem ser alterados pelos contratantes, ainda que em prejuízo do trabalhador, mas, nesse caso, deverá ele estar assistido por seu sindicato profissional.
- (C) as negociações coletivas podem estabelecer regras relativas à sua duração, mas a aplicação dessas disposições aos contratos individuais de trabalho está condicionada à concordância expressa de trabalhadores e empregadores, sob pena de ineficácia da cláusula normativa correspondente.
- (D) a jornada de trabalho fixada em lei pode ser objeto de prorrogação mediante ajuste entre empregado e empregador, desde que respeitado o máximo de duas horas diárias, as quais deverão ser pagas com adicional mínimo de 50%.
- (E) em casos excepcionais, em que a preservação do contrato dependa da dilação horária sem a remuneração correspondente, pode o trabalhador renunciar ao crédito resultante desse labor.

30. Em relação às parcelas que compõem a remuneração e o salário,

- (A) o transporte concedido pelo empregador para o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho, e vice-versa, não configura salário utilidade, ainda quando haja transporte público servindo o mesmo percurso.
- (B) a habitação concedida pelo empregador como condição necessária para a execução do contrato detém natureza salarial, sendo que o valor correspondente, para os fins reflexos devidos, não pode ser arbitrado em montante superior a 25% do salário contratual do empregado.
- (C) as comissões vinculadas a transações firmadas em prestações sucessivas, exigíveis apenas após o pagamento de cada uma das parcelas convencionadas, integram a remuneração do empregado, não gerando qualquer repercussão sobre férias e gratificações natalinas.
- (D) os valores gastos com a educação do empregado, excepcionados os relativos a livros e outros materiais didáticos, integram o salário do empregado para todos os efeitos legais.
- (E) as gorjetas, espontaneamente concedidas pelos clientes ou cobradas aos clientes como adicional nas contas, a qualquer título, e destinadas à distribuição aos empregados, integram o salário do empregado, devendo ser consideradas para o cálculo das horas extras eventualmente prestadas.

**Direito Processual do Trabalho**

31. Conforme normas contidas na Constituição Federal brasileira, a competência da Justiça do Trabalho abrange
- (A) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro, ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - (B) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
 - (C) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - (D) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira que possam interferir nas relações de trabalho.
 - (E) as ações que visam dirimir conflitos fundiários, por meio de Varas especializadas com competência exclusiva que serão criadas pelo Tribunal competente.
-
32. O viajante comercial Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara
- (A) do local onde foi celebrada a sua contratação.
 - (B) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
 - (C) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
 - (D) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
 - (E) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.
-
33. O advogado da empresa reclamada Ostes Produções Ltda, em defesa de seu constituinte, pretende utilizar determinada medida processual prevista apenas no Código de Processo Civil – CPC e não contemplada na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Na situação,
- (A) a pretensão deve ser rejeitada por absoluta falta de previsão legal, tanto da CLT quanto do CPC.
 - (B) a medida não deve ser aceita, pois a CLT contém regramento próprio e exauriente para todas as situações processuais do Processo Judiciário Trabalhista.
 - (C) na fase de conhecimento do processo não poderá ser utilizada norma processual supletiva, possibilidade cabível apenas em fase de execução e tão somente com aplicação da Lei de Execuções Fiscais.
 - (D) o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho nos casos omissos, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do Processo Judiciário do Trabalho.
 - (E) havendo qualquer omissão da CLT, em seu Título do Processo Judiciário Trabalhista, poderá a parte subsidiariamente aplicar normas do CPC, não havendo o que se questionar sobre compatibilidade de normas.
-
34. Conforme dispositivos legais aplicáveis à matéria, quanto ao processo trabalhista em geral, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os prazos são contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são considerados apenas os dias úteis, suspendendo-se os dias de sábado, domingo ou feriado.
 - (B) Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.
 - (C) Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida em lei.
 - (D) Nos dissídios individuais e coletivos do trabalho, nas ações de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de dois por cento, observado o mínimo de R\$ 10,64.
 - (E) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
-
35. Zeus, servidor público da FUPAI – Fundação Pública de Amparo aos Idosos do Município de Curitiba, entidade que não explora atividade econômica, contratado pelo regime da CLT, ajuizou reclamatória trabalhista com dois pedidos: pagamento de adicional de periculosidade e de horas extraordinárias, atribuindo à causa o valor de R\$ 50.000,00. A ação foi julgada procedente em parte, o autor foi vencedor no pedido de adicional de periculosidade e perdedor no de horas extraordinárias. Nessa hipótese, as custas processuais serão atribuídas
- (A) em 50% para cada parte em razão de que, havendo dois pedidos, apenas um foi procedente e à base de 2% sobre o valor de cada pedido.
 - (B) ao réu que deverá arcar com o pagamento à base de 2% sobre o valor da causa, sem isenção porque esta atinge apenas a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios e não entes da Administração indireta como Fundações.
 - (C) ao réu, visto que foi vencido em um dos pedidos e à base de 2% sobre o valor da condenação, ficando a Fundação pública isenta na forma da lei.
 - (D) para cada uma das partes na proporção exata de cada pedido, visto que houve sucumbência recíproca e à base de 1% sobre o valor de cada pedido.
 - (E) ao réu que deverá arcar com 50% do valor, uma vez que sucumbente apenas na metade dos pedidos e à base de 1% sobre o valor da condenação.



36. Thales, bacharel em Direito não inscrito nos quadros da OAB, ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora postulando o pagamento de adicional de periculosidade. A ação foi julgada improcedente. Inconformado, Thales resolveu interpor recurso ordinário no prazo legal, recolhendo as custas devidas. Para evitar despesas, e por entender que tinha conhecimentos jurídicos adequados, decidiu atuar sem advogado. Nessa hipótese, o recurso ordinário
- (A) não será conhecido porque é indispensável a assistência de advogado.
 - (B) somente será conhecido se, no prazo legal de 10 dias, for subscrito por um advogado.
 - (C) não será conhecido porque o *jus postulandi* somente pode ser exercido com assistência sindical.
 - (D) será conhecido somente em caso de a ação tramitar pelo rito sumaríssimo.
 - (E) será conhecido em razão do *jus postulandi*.
37. Em relação às reclamações trabalhistas de dissídios individuais, de acordo com as regras do Processo Judiciário do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) Em relação à suspeição, se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo.
 - (B) O juiz é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado em razão de parentesco por consanguinidade ou afinidade até o quarto grau civil com a pessoa do litigante.
 - (C) A suspeição do juiz será também admitida, ainda que do processo constar que o recusante procurou de propósito o motivo de que ela se originou.
 - (D) Nos casos em que o depoimento das testemunhas for feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz, as despesas sempre correrão por conta da parte vencida no processo.
 - (E) Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, no caso de inquérito judicial para apuração de falta grave.
38. Conforme determinações contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, as propostas de conciliação no Processo Judiciário do Trabalho devem ser realizadas
- (A) após a apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.
 - (B) antes da apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.
 - (C) somente nos processos que tramitam pelo rito sumaríssimo em razão do valor atribuído à causa.
 - (D) após o depoimento das partes e antes do término da instrução processual.
 - (E) após a oitiva das partes e quando do encerramento da instrução processual.
39. Os dissídios coletivos possuem regramento próprio, previsto em legislação processual trabalhista, em relação à sua extensão e revisão da sentença normativa. Segundo tais normas, é INCORRETO afirmar:
- (A) A decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal, por solicitação do Ministério Público do Trabalho.
 - (B) Sempre que o Tribunal estender a decisão em dissídio coletivo, marcará a data em que a extensão deva entrar em vigor.
 - (C) Para que a decisão sobre novas condições de trabalho possa ser estendida torna-se preciso que três quartos dos empregadores e dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.
 - (D) Decorridos seis meses de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tornaram injustas ou inaplicáveis em razão da modificação das circunstâncias que as ditaram.
 - (E) A revisão poderá ser promovida por iniciativa do Tribunal prolator, da Procuradoria da Justiça do Trabalho, das associações sindicais ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.
40. A empresa Deuses do Olimpo foi condenada em primeira instância a pagar diferenças de horas extraordinárias a seu empregado Hércules. Inconformada, a reclamada recorreu da sentença. Entretanto, por despacho fundamentado na intempestividade, foi denegada a interposição do seu recurso. Nessa situação, cabe à parte recorrente interpor
- (A) recurso ordinário no prazo de quinze dias.
 - (B) agravo de instrumento no prazo de oito dias.
 - (C) mandado de segurança com pedido liminar no prazo de 120 dias.
 - (D) medida cautelar com pedido liminar no prazo de 08 dias.
 - (E) agravo de instrumento no prazo de cinco dias.
- Direito Civil e Processual Civil**
41. W assinou contrato com o banco Fox na cidade de Curitiba, lá obtendo financiamento. O banco Fox possui sede na Cidade de São Paulo e estabelecimentos em quase todas as cidades do Estado do Paraná, incluindo Pato Branco, onde W reside. De acordo com o Código Civil, com relação ao financiamento obtido por W, considera-se domicílio de Fox
- (A) Curitiba, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, será considerado domicílio a capital do Estado em que o ato tiver sido praticado.
 - (B) São Paulo, pois a pessoa jurídica de direito privado tem como domicílio sua sede, apenas, para todo e qualquer ato que vier a praticar.
 - (C) Pato Branco, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, será considerado domicílio o local em que reside o consumidor.
 - (D) qualquer cidade em que Fox tiver estabelecimento, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, todos eles serão considerados seu domicílio, para todo e qualquer ato que vier a praticar.
 - (E) Curitiba, pois, tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.



<p>42. De acordo com o Código Civil,</p> <p>(A) é considerado imóvel o direito à sucessão aberta.</p> <p>(B) são considerados imóveis as energias que tenham valor econômico.</p> <p>(C) são considerados imóveis os direitos pessoais de caráter patrimonial.</p> <p>(D) são considerados imóveis os direitos reais sobre objetos móveis.</p> <p>(E) são consideradas imóveis as ações correspondentes a direitos reais sobre objetos móveis ou imóveis.</p>	<p>46. Em relação aos prazos processuais, considere:</p> <p>I. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas em que for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de sessenta dias, salvo em caso de calamidade pública, quando então poderá ser excedido esse limite temporal.</p> <p>II. Decorrido o prazo, deverá o juiz declarar a extinção do direito de praticar o ato processual – como requisito para a extinção –, salvo se a parte provar que o não realizou por justa causa.</p> <p>III. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, que são contínuos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.</p> <p>IV. Não havendo preceito legal nem determinação pelo juiz, será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.</p> <p>V. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) II, III, IV e V.</p> <p>(D) I, II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>43. J sofreu danos, causados por Y, quando tinha 5 anos de idade. De acordo com o Código Civil, conhecido o autor do dano desde a sua perpetração, o prazo prescricional, para a pretensão de responsabilização civil, de</p> <p>(A) 5 anos, começa a ser contado da prática do dano.</p> <p>(B) 3 anos, começa a ser contado da prática do dano.</p> <p>(C) 3 anos, começa a ser contado com a cessação da incapacidade absoluta de J.</p> <p>(D) 3 anos, começa a ser contado do dia em que J atingir a maioridade civil.</p> <p>(E) 5 anos, começa a ser contado do dia em que J atingir a maioridade civil.</p>	<p>47. Em relação à comunicação dos atos processuais, a citação</p> <p>(A) válida torna prevento o juízo, induz litispendência, faz litigiosa a coisa e, salvo se ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.</p> <p>(B) do demente será feita por mandado judicial, certificando o Oficial de Justiça a impossibilidade mental de cumprimento do ato pelo réu, com o que o juiz nomeará de imediato um curador para o ato e para a defesa ulterior do demente.</p> <p>(C) não será feita, entre outras situações previstas em lei, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.</p> <p>(D) do réu ausente será feita necessariamente por edital, ou, se ausentou-se para furtar-se ao ato, por hora certa, determinada sempre judicialmente.</p> <p>(E) será feita, em regra, por Oficial de Justiça, frustrado o cumprimento do ato, realizar-se-á por via postal.</p>
<p>44. Em ação criminal, decidiu-se, por decisão transitada em julgado, que L desferiu um tapa em B. De acordo com o Código Civil, no juízo cível, em ação na qual se busca a responsabilização civil de L,</p> <p>(A) poderá ser questionada a existência do fato e seu autor, independentemente da existência de provas novas, pois a responsabilidade civil independe da criminal.</p> <p>(B) poderá ser questionada a existência do fato e seu autor, se houver provas novas.</p> <p>(C) poderá ser questionada a existência do fato, porém não seu autor, se houver provas novas.</p> <p>(D) não poderá ser questionada a existência de nenhum dos elementos para a responsabilização civil.</p> <p>(E) não poderá ser questionada a existência do fato nem seu autor.</p>	
<p>45. A respeito da transação, considere:</p> <p>I. Admite-se a transação apenas quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.</p> <p>II. Quando recair sobre direitos contestados em juízo, a transação será feita por escritura ou por termo nos autos, assinados pelos transigentes e homologado pelo juiz.</p> <p>III. A transação se interpreta restritivamente.</p> <p>IV. A transação feita entre credor e devedor obriga o fiador.</p> <p>De acordo com o Código Civil, é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	



48. Doriva está executando Osório, que lhe deve R\$ 100.000,00. Verificando o Oficial de Justiça que Osório só possui bens inalienáveis, não havendo outros passíveis de penhora,
- (A) poderá penhorar esses bens inalienáveis, pela prevalência do direito de crédito em relação ao direito patrimonial do devedor.
 - (B) devolverá o mandado ao juiz da causa, pela impossibilidade de penhora, determinando ao credor que indique bens do devedor disponíveis e passíveis de constrição.
 - (C) deverá penhorar os frutos e rendimentos desses bens inalienáveis, sem exceção quanto à sua natureza e finalidade.
 - (D) devolverá o mandado ao juiz da causa, pela impossibilidade de penhora, para que determine a expedição de mandado à Receita Federal, visando ao descobrimento de outros bens passíveis de constrição.
 - (E) poderá penhorar os frutos e rendimentos desses bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.
-
49. Em relação aos embargos do devedor, é correto afirmar:
- (A) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, mesmo que se tratem de cônjuges ou companheiros.
 - (B) Para que os embargos sejam opostos, é pressuposto essencial que o Juízo se encontre garantido por meio de penhora, depósito ou caução.
 - (C) Serão os embargos oferecidos no prazo de dez dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
 - (D) Serão os embargos do devedor rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição de seu oferecimento ou quando manifestamente protelatórios.
 - (E) Os embargos não terão nunca efeito suspensivo na instância de origem, devendo esse efeito ser obtido excepcionalmente, provados seus requisitos legais, por meio de agravo de instrumento na instância superior.
-
50. No que se refere ao litisconsórcio, à assistência e às modalidades de intervenção de terceiros, é INCORRETO afirmar:
- (A) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
 - (B) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.
 - (C) É admissível o chamamento ao processo ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
 - (D) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes quando este número comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa; o pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
 - (E) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

Direito Constitucional

51. As ações propostas para dirimir controvérsias relacionadas à representação sindical em data anterior à Emenda Constitucional nº 45/2004, deveriam
- (A) ser imediatamente repassadas à Justiça do Trabalho, para prosseguimento, independentemente do estágio em que se encontrassem.
 - (B) permanecer em curso perante a Justiça Comum, considerando-se para tanto a data de seu ajuizamento e do primeiro despacho judicial lançado, que gera prevenção.
 - (C) prosseguir perante a Justiça Comum, excetuada a hipótese de ainda não ter ocorrido a citação válida.
 - (D) prosseguir perante a Justiça Comum, quando já houvesse sentença de Primeiro Grau, competindo o julgamento do recurso respectivo ao Tribunal de Justiça.
 - (E) ser encaminhadas ao Tribunal Superior do Trabalho, para o julgamento de recursos apresentados contra decisão do Tribunal de Justiça.
-
52. O decreto de intervenção em Município é de competência do
- (A) Presidente da República e do Governador do Estado em cujo território esteja localizado, dependendo da hipótese.
 - (B) Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado em cujo território esteja localizado, dependendo da hipótese.
 - (C) Tribunal de Justiça do Estado.
 - (D) Presidente da Assembleia Legislativa, após aprovação da proposta por dois terços dos votos dos parlamentares.
 - (E) Governador do Estado.



53. A competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre a União e os Estados-membros.

Isso significa dizer que

- (A) os Municípios não podem, em nenhuma circunstância, legislar acerca da matéria.
- (B) cabe à União editar a lei geral acerca da matéria, podendo os Estados-membros editar normas próprias, que prevalecerão sobre aquela nos limites espaciais de seu território.
- (C) a edição de lei federal acerca do tema limita a liberdade legislativa dos Estados-membros, que deverão respeitar os contornos traçados por aquela norma.
- (D) enquanto não for editada a lei federal, os Estados-membros têm plena liberdade legislativa, sendo certo que, sobrevindo aquela, caso algum dispositivo se mostre incompatível com regra traçada pela lei estadual esta última será considerada automaticamente revogada.
- (E) ocorrendo divergência entre o teor da lei federal e da lei estadual, a preponderância de uma ou outra dependerá da natureza do interesse tutelado no caso concreto.

54. Os Desembargadores do Tribunal de Justiça são processados e julgados originariamente pelo

- (A) Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial se existente, nos crimes comuns, e pelo Superior Tribunal de Justiça nos de responsabilidade.
- (B) Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- (C) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- (D) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial, se existente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.

55. Ademar, regularmente aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho, é nomeado e toma posse formal no cargo. No entanto, deixa de entrar no exercício das funções no prazo previsto em lei.

Ante tal circunstância, a autoridade competente deverá

- (A) determinar a respectiva exoneração de Ademar, por abandono do cargo.
- (B) instaurar investigação administrativa para a apuração dos fatos.
- (C) tornar sem efeito os atos de nomeação e posse de Ademar, declarando a vacância do cargo.
- (D) intimar Ademar para o imediato início do exercício funcional, sob pena de não ser vitaliciado.
- (E) determinar a demissão de Ademar a bem do serviço público.

Direito Administrativo

56. Alguns princípios processuais têm conteúdo peculiar quando dirigidos especificamente ao processo administrativo, como o princípio

- (A) da oficialidade, pois no processo administrativo não vigora o princípio da inércia, podendo ser instaurado e movimentado de ofício, com vistas à completa instrução e conclusão do processo.
- (B) da publicidade, que no processo administrativo é mais amplo do que no processo judicial, na medida em que é vedada qualquer forma de sigilo de informações.
- (C) do contraditório e da ampla defesa, que no processo administrativo é sensivelmente mais brando, quando não facultativo, tendo em vista que poderá ser garantido ao administrado, posteriormente, na fase judicial.
- (D) da formalidade, que prevê obediência estrita à forma prescrita em lei para a instauração e tramitação do processo administrativo, sob pena de nulidade, em razão de representar garantia ao administrado, considerando que os demais princípios são flexíveis.
- (E) da tipicidade, que se aplica ao processo administrativo com maior rigor, no sentido de exigir a que a infração administrativa seja precisamente descrita e tipificada, pois representa garantia à defesa do administrado.

57. As atividades desempenhadas pela Administração pública não estão imunes a controle, o que é inerente, inclusive, ao princípio da separação de poderes. Contrapondo o controle exercido pelos Tribunais de Contas e a teoria do ato administrativo, a atuação daquelas Cortes de Contas

- (A) é expressão do controle interno dos atos da Administração pública, restrito aos aspectos financeiros, o que abrange não só a análise contábil, de receitas e despesas, mas também verificações da oscilação patrimonial dos entes.
- (B) é acessória e dependente do controle do Poder Legislativo, que atua em maior abrangência e profundidade nas matérias exemplificativas constantes da Constituição Federal, examinando não só os aspectos de legalidade dos atos administrativos, mas também o núcleo essencial dos atos discricionários.
- (C) envolve também análise de mérito da atuação da Administração pública, pois abarca exame de economicidade, o que implica avaliar a relação entre as opções disponíveis e o benefício delas decorrentes.
- (D) restringe-se às pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração direta ou indireta, que celebram negócios jurídicos e proferem manifestações que possuem natureza jurídica de ato administrativo.
- (E) possui apenas competências fiscalizatórias, ou seja, de natureza inquisitória, cabendo as funções corretivas e sancionatórias ao Poder Legislativo ao qual a Corte de Contas está vinculada, ainda que possa propor as medidas coercitivas cabíveis.



58. O servidor público, no exercício de suas funções, está sujeito a deveres, cujo exercício irregular acarreta responsabilização, nos termos do que dispõe a Lei nº 8112/90. No mesmo sentido, está sujeito às cominações impostas pela Lei de Improbidade Administrativa, para o caso de tipificação de condutas descritas naquele diploma legal. A análise sistemática dessas normas enseja a
- (A) conclusão de que as sanções aplicadas em decorrência das condutas tipificadas na Lei de Improbidade absorvem as infrações descritas na Lei nº 8.112/90, porque são mais graves, embora de natureza distinta.
 - (B) prejudicialidade das penalidades impostas no campo administrativo, que devem ser apreciadas e decididas, primeiramente àquelas decorrentes de atos de improbidade, para que as cominações desses decorrentes possam ser atenuadas pelas condenações já estabelecidas na outra esfera.
 - (C) absorção dos aspectos funcionais das condutas ímprobadas pelos tipos descritos na Lei nº 8.112/90, cabendo ao processo de improbidade a tramitação para imposição de sanções de ordem civil e criminal.
 - (D) independência do processamento das infrações nas duas esferas, inclusive no que concerne à tipificação e sancionamento, que podem coexistir e ser cumuladas.
 - (E) absorção pelos delitos previstos na legislação criminal, em razão de sua natureza mais gravosa, sendo que as infrações residuais podem ser tipificadas como ato de improbidade, mas não mais como infrações administrativas puras e simples, em razão da natureza acessória destas.
-
59. Um determinado órgão de uma autarquia estadual que atuava no setor rodoviário precisava adquirir móveis para as instalações de uma nova repartição regional. O setor competente fez as devidas especificações, pesquisas de preço e demais providências necessárias e encaminhou os autos do processo administrativo ao órgão jurídico para análise e apresentação dos modelos jurídicos existentes para o objetivo pretendido, a fim de que o administrador pudesse fazer a escolha dentre eles. Considerando a natureza dos bens cuja aquisição se pretende, a pessoa jurídica que realizará a compra e a finalidade da aquisição, a orientação jurídica mais adequada é a
- (A) realização de licitação na modalidade pregão, tendo em vista que os bens cuja aquisição se pretende são de natureza comum e de objetiva especificação, não obstante possa a autarquia promover a aquisição direta, com dispensa de licitação, por não se tratar de objeto afeto às suas atividades fins.
 - (B) realização de licitação na modalidade pregão, mesmo que houvesse a necessidade de compras futuras dos bens, e que estes possuem característica de natureza comum e de objetiva especificação.
 - (C) aquisição desses bens diretamente por empresa estatal integrante da mesma esfera da Administração e criada antes da edição da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que se estaria diante de atividade-meio do ente, e posterior venda direta à autarquia, hipótese esta que também permite a contratação direta sem licitação.
 - (D) aquisição mediante registro de preços, obrigatoriamente mediante concorrência ou dispensa de licitação, a depender da natureza do contratado.
 - (E) contratação direta, em razão de inexigibilidade de licitação, caso se identifique outro ente público, de qualquer esfera da Administração, criado antes da edição da Lei nº 8.666/93, que produza os referidos bens, o que conferiria sensível ganho de tempo para a autarquia.
-
60. A Administração pública de determinado Município do Paraná firmou contrato de obra, precedido de licitação, para construção de um ginásio esportivo, que se prestaria não só às atividades regulares de lazer, mas também sediaria importante torneio regional. Ocorre que durante a execução das obras a Administração pública recebeu denúncia anônima de que a empresa contratada na realidade não preencheria os requisitos de habilitação técnica exigidos por ocasião da licitação, afirmando serem falsos alguns atestados apresentados naquela oportunidade. Feitas as devidas verificações, e confirmada a falsidade, abriu-se processo para desconsiderar os atestados e anular o contrato firmado. Pretende a Administração pleitear a devolução das quantias pagas até a data da declaração de nulidade do contrato, o que
- (A) não procede, tendo em vista que deve a Administração remunerar a contratada pelas etapas da obra executadas até a data da declaração de nulidade, sob pena de enriquecimento ilícito.
 - (B) possui embasamento no ordenamento jurídico, tendo em vista que a extinção do contrato se deu por nulidade em razão de conduta dolosa da contratada.
 - (C) deve ser acompanhado de pedido de indenização por danos morais, tendo em vista que a Administração terá que iniciar novo procedimento de licitação para conclusão da obra.
 - (D) não possui embasamento jurídico, tendo em vista que o vício constatado na fase de licitação não macula o contrato em execução, ficando convalidado caso a execução das obras esteja sendo realizada a contento.
 - (E) somente procede caso seja possível promover o desfazimento das obras, para que não haja enriquecimento ilícito por parte da Administração pública e para que esta possa licitar a execução de obra nova, ao invés de contratar a execução de remanescente.

**DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

"5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos pela Banca Examinadora. 7. Na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação (Prova Discursiva). 8. A Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos.

A impenhorabilidade do Bem de Família e o Princípio de Igualdade

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	